



O Movimento Nacional-Sindicalista

Gonçalo Silva

«Não pode haver duas revoluções dentro da mesma revolução (...) Rolão Preto imaginou o contrário; supôs erradamente que a “Revolução” nacionalista (...) podia ser bicéfala, dupla: tranquila e frenética, conservadora e revolucionária, calma e extrovertida, mesquinha e grandiosa, serena e apopléctica, salazarista e nacional-sindicalista.» (1)

INTRODUÇÃO

O Movimento Nacional-Sindicalista (NS) nasceu em 1932, já em plena fase de afirmação do regime salazarista. De forma simples e resumida podemos considerar que o NS foi o que de mais próximo existiu em Portugal a um movimento fascista, e não poderia ser mais oportuno falar de fascismo em Portugal e das suas relações com o Salazarismo, do que agora, neste ano em que se comemoram os 30 anos da Revolução de Abril.

Os fascistas portugueses envergando as suas camisas azuis, representando os trabalhadores, e a cruz de Cristo, representando a Tradição portuguesa, chegaram a abanar os alicerces do Estado Novo nascente, no entanto, a sua vida foi curta. Pode-se mesmo dizer que o NS “foi uma estrela fugaz, deslumbrante e rápida, com uma ascensão vertiginosa, mas rapidamente eclipsado”.

Chefiado por Francisco Rolão Preto praticamente desde o início, o movimento cresceu muito, e muito depressa, e representou acima de tudo uma radicalização e fascização do velho Integralismo Lusitano (IL), movimento de ideologia conservadora, monárquica e nacionalista que se inspirou em grande parte na Action Française de Charles Maurras, com a qual, o jovem Rolão Preto exilado (2) na Bélgica tinha tido contacto muito próximo. Ainda enquanto membro da Junta Central do IL Rolão Preto manifestava já as suas tendências mais “trabalhistas” publicando artigos sobre a “questão social”, o que vai ser um elemento central na definição ideológica do NS (3).

Anos mais tarde, Luís Cabral de Moncada, professor catedrático de Coimbra, aderente ao movimento considera que este “não passou de um epifenómeno de superfície como o da fosforescência de certas vagas no mar” marcado pelos “ventos soprados da Itália e da Alemanha, com uma grande confusão de ideias e de sentimentos” (4). De facto, o exemplo chegado do estrangeiro, principalmente da Alemanha, foi fundamental no desenvolver do NS português.

Em 1933 Hitler chegava ao poder na Alemanha, facto com que os NS se regozijavam, dedicando-lhe a primeira página do “Revolução” (coisa que mais nenhum jornal português fez) e vários artigos. Embora, ideologicamente, o NS não estivesse próximo do Nacional-Socialismo alemão, não se detectando no discurso NS traços de nacionalismo rácico ou anti-semitismo, a verdade é que o Nacional-Socialismo alemão foi um grande exemplo que os camisas azuis pretenderam copiar, talvez em ponto pequeno, à escala de Portugal.

Em 1934 Rolão Preto é forçado a partir para o exílio espanhol, onde toma contacto com os principais líderes políticos espanhóis da época, e conhece José António Primo de Rivera, fundador da Falange. Durante a sua estadia em casa de José António, Rolão Preto colabora na elaboração do programa da Falange, que ao início lhe pareceu “bastante condescendente com o processo capitalista” (5), alertando José António para que não se esquecesse da componente revolucionária. Para além de José António também conheceu Franco e Ledesma Ramos, fundador das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalistas (JONS), que se viriam a fundir com a Falange. Na revista Accion Española publicou uma série de artigos sobre o movimento NS português.

Tendo-se incompatibilizado com Salazar, o NS passa para a oposição ao regime, clamando por liberdade contra um regime conservador, autoritário e de direita.

Mais tarde Rolão Preto participa na campanha do General Humberto Delgado, e adere ao Movimento de Unidade Democrática (MUD). Já após o 25 de Abril retoma o seu “primeiro amor”, a monarquia, tendo participado na fundação do PPM – Partido Popular Monárquico.

O NASCIMENTO

O Movimento Nacional-Sindicalista (NS) nasce em 1932 em torno do jornal “Revolução”, iniciativa de um grupo de jovens estudantes universitários que constituíam a Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano (IL). Entre os fundadores do jornal podemos apontar: António Pedro, Dutra Faria, Amaral Pyrrait, Franz de Almeida Laghans, Barradas de Oliveira, Pereira de Matos, António Tinoco.

Esta nova geração demarcava-se dos velhos Integralistas em termos de método de acção política e consideravam ultrapassados muitos dos aspectos da ideologia dos fundadores do IL.

Em 1930, num banquete realizado no Luso, só dois dirigentes da velha Junta Central do IL se identificaram com a nova geração fascista: Rolão Preto (futuro Chefe do Movimento) e Alberto de Monsaraz (secretário geral do Movimento).

De entre estes fundadores António Pedro era, sem dúvida, o mais activo, e foi ele também o autor dos primeiros projectos de organização do NS.

O primeiro número do “Revolução” foi publicado em Fevereiro de 1932. Dutra Faria não escondia internamente que o objectivo do jornal era reorganizar o que restava do IL em bases fascistas. António Pedro, chefe de redacção, apresentava em editorial os princípios do diário. Eram anti-parlamentares, defendiam uma ordem hierárquica e autoritária, a supressão da liberdade de concorrência, a sua substituição por uma economia dirigida centralmente pelo Estado, a defesa da família e a organização corporativa das profissões numa sindicalização obrigatória.

O seu radicalismo inspirava desconfiança  notabilidade integralista, sendo que só Rolão Preto e Alberto de Monsaraz aderiram ao “Revolução”. A entrada de Rolão Preto para a direcção do jornal, em meados de 1932, permitiu no entanto a adesão de muitos núcleos integralistas.

A nível local o NS pde-se organizar muito rapidamente, sobretudo porque foi capaz de captar para si a velha malha integralista, bem como núcleos da Liga 28 de Maio, e em alguns casos até mesmo núcleos da União Nacional. A acção de Rolão Preto e Alberto de Monsaraz neste processo foi determinante. Assim se explica a rápida expansão do movimento que, segundo Rolão Preto, chegou a atingir os 50 mil militantes (6).

A IDEOLOGIA

O NS, como todos os movimentos fascistas pretendeu representar uma superação da divisão esquerda/direita, capitalismo/comunismo, e assumir-se como uma “terceira via”.

O NS representou, em muitos aspectos o IL, mas dando-lhe um carácter mobilizador e orientado para o futuro, retirando-lhe a nostalgia reaccionária e tradicionalista. Também a questão do regime (os Integralistas defendiam intransigentemente a re-instauração da Monarquia) não se colocava para os NS, que entendiam ser muito mais importante que o estado fosse nacionalista e corporativo do que a sua forma. O ponto no29 do programa NS, contido no livro de Rolão Preto, Balizas, diz o seguinte: “A Revolução Nacional dos Trabalhadores (...) não suscita (...) qualquer questão de regime político” (7).

Tendo nascido sem um programa rigorosamente definido o NS adoptou como declaração programática os “Doze Princípios da Produção” enunciados por Preto em 1920, considerando a nação como uma realidade eterna e a pátria como “uma realidade imposta pela Terra, pelo Clima, pela Língua, pela Raça e pela História” e negavam “a dissolução dos elementos de Produção nacional, isto é, negamos a existência isolada de classes, artficio que põe em litígio os componentes necessários do mesmo todo”, negando também a “solidariedade do proletariado universal por cima e contra as fronteiras sagradas da nação”.

O jornal “O Nacional-sindicalista”, de Faro, define o NS como: anticomunista, antiliberal, antidemocrático, antiburguês, anticapitalista, anticonservador. Pela positiva o movimento é definido como familiar, municipalista e regionalista, sindicalista, corporativista, representativo, autoritário, nacionalista e revolucionário. O folheto-jornal “O Ressurgimento”, da Madeira, apresenta as bases do Estado NS: “a família, a tradição, o município, o sindicato, a corporação, a nação”.

Nos seus textos oficiais, embora se reconhecesse a propriedade privada como um direito natural, imponham-se-lhe restrições e a intervenção estatal sempre que tal se revelasse nos melhores interesses da nação. Verberavam a plutocracia, a usura e o capital apátrida das sociedades anónimas.

O seu anticapitalismo era marcado por uma visão de uma sociedade de pequenos produtores ameaçada pela concentração industrial e o capital financeiro. No entanto, o NS também dedica a sua atenção às classes médias, proclamando que “o estado Nacional-sindicalista não deixará queimar as classes médias, pois são elas quem estabelece o equilíbrio económico-social da nação, servindo-se de três meios poderosos: a sindicalização e corporatização obrigatória, o crédito e a intervenção do Estado”.

Na sua propaganda o NS sempre se definiu como um movimento de vanguarda da Revolução Nacional, que eles consideravam ser os únicos capazes de levar a cabo, reclamavam-se da juventude (8) (característica tipicamente fascista), mas a “questão social” era o seu argumento fundamental. Salazar chegou a acusar a sua propaganda de “andar paredes-meias com os comunistas”, e no banquete do Parque Eduardo VII, Pinto de Lemos diria, respondendo àqueles que os acusavam de bolchevismo: “Bolchevistas! Sim! Se bolchevista significa o desejo de que uma maior justiça social seja derramada sobre todos os homens... não há dúvida, nós somos então Bolchevistas!”.

Há também que ter em conta que o movimento NS se desenvolve no quadro de uma ditadura autoritária e conservadora, num momento em que Salazar consolidava o seu poder e se começava a organizar o partido único governamental – a União Nacional – pelo que a sua tónica “trabalhista” e anticonservadora era constantemente brandida.

O NS tentou penetrar nos meios operários, desde o início, com algum sucesso, de que é indicativo as referências feitas pela imprensa sindical ao movimento, sendo que o “Revolução” possuía desde o seu princípio uma “página do operário”, que mais tarde se transforma num suplemento semanal dirigido por António Tinoco, “A Revolução dos Trabalhadores” (que mais tarde, à medida que o conflito com Salazar se agrava, vai ser constantemente cortado na totalidade pela censura). Cerca de 15% dos aderentes ao movimento eram operários, embora a classe média (empregados, pequenos proprietários rurais e comerciantes) fosse dominante.

A ACÇÃO

As manifestações públicas do Nacional-Sindicalismo introduziram em Portugal a coreografia fascista. Os desfiles paramilitares, as canções de combate e a ritualização carismática de Rolão Preto marcaram a sua acção política, que se inspirou, sem dúvida nos modelos do fascismo italiano e sobretudo do nacional-socialismo alemão.

A sua presença na rua iniciou-se em Setembro de 1932 e teria como pontos altos os comícios de Lisboa e Porto e a manifestação comemorativa do golpe militar, em 28 de Maio de 1933 em Braga. Os primeiros comícios tiveram um carácter local e contavam com o apoio dos simpatizantes do movimento instalados na administração.

Em Fevereiro de 1933, aproveitando o primeiro aniversário do “Revolução” foi organizado o primeiro comício nacional em Lisboa. O banquete do Parque Eduardo VII, contou com a presença de 730 nacionalistas e marcou a emergência pública de Rolão Preto, que à sua chegada ao local foi saudado à romana. No seu discurso Rolão Preto considerou-se dirigente de uma “revolução que não se detém” e que há-de “transformar esta Pátria gloriosa!”. No final diria, em tom desafiador: “Eu, que nunca pedi nada ao Dr. Oliveira Salazar com a cabeça bem erguida digo, a ele que me está ouvindo: Sr. Dr. Oliveira Salazar, oiça V. Ex.^a a alma nacional que vibra, escute os votos da mocidade portuguesa e, se quer, *alea jacta est!*”.

A 7 de Maio do mesmo ano, novo banquete, desta feita no Porto. Cerca de 6200 camisas azuis marcham pelo Porto, devidamente uniformizados, e reúnem-se 1200 convivas na nave central do Palácio de Cristal.

Após a realização deste comício no Porto, no Palácio de Cristal, os NS preparam-se para uma concentração nacional em alternativa às celebrações governamentais do 28 de Maio. Mobilizaram 3000 camisas azuis, que desfilaram, devidamente uniformizados por Braga, tendo ocorrido confrontos com elementos antifascistas, sendo que alguns elementos NS ficaram feridos. Em Ermesinde um grupo de ferroviários tentou fazer descarrilar o comboio onde seguiam os NS.

Em Maio de 1933, perante estes ataques, Rolão Preto acusava os republicanos conservadores de manobramem a UN contra o NS, e negava que houvesse conflito com Salazar.

Embora prudentes nos ataques a Salazar os NS mostravam-se intransigentes na fascização do Estado, na implantação rápida de uma ordem corporativa, na recusa da integração no partido governamental e no ataque a qualquer principio de cedência ao liberalismo republicano.

No seu opúsculo de 1933, “Salazar e a sua Época”, que é um comentário às entrevistas dadas por Salazar a António Ferro, Rolão Preto considera o ditador como um “homem do centro”, um “formalista universitário, que não compreende o problema social” e incapaz de fazer a Revolução.

No começo do Verão de 1933 o NS encontrava-se já numa situação dificilmente sustentável face a Salazar.

O NS negou o apoio à nova Constituição do Estado Novo, plebiscitada em 1933, na qual via um compromisso com os princípios liberais e a negação do corporativismo integral.

Servindo-se da sua influência no exército, desde cedo começou a conspirar contra Salazar (9).

Desde finais de 1932 que Salazar se demarcava dos NS, não perdendo nenhuma oportunidade para deles se demarcar no campo ideológico e político, no entanto, a sua dependência face ao Presidente da República e dos militares deixava-lhe pouca margem de manobra.

A 7 de Junho Rolão Preto é recebido por Carmona que lhe garante que dentro da ditadura há espaço para todos os nacionalistas.

Em 1933 Salazar tenta mudar o ministro da guerra, o que não consegue devido a movimentações dos militares, mas consegue nomear um novo ministro do interior: António Gomes Pereira, antigo governador civil de Évora, que se tinha revelado fortemente anti-NS, que vai apertar a repressão ao NS, através da censura e de limitações às suas acções públicas.

No entanto, a iniciativa de Salazar que mais impacto produziu no movimento foi a promulgação da legislação corporativa no Verão desse ano de 1933. O corporativismo era o elemento central

do programa NS e muitos dos seus elementos foram convidados para cargos no novo aparelho corporativo em constituição, o que muitos aceitaram. Pedro Teotónio Pereira, subsecretário de Estado das Corporações convidou vários NS a participarem no processo de criação dos Sindicatos Nacionais, entre eles: Amaral Pyrrait, Abílio Pinto Lemos e Castro Fernandes, que aceitaram, fracturando assim o núcleo original fundador do NS.

A direcção NS, no entanto, demarcou-se desta legislação, afirmando que entre o seu projecto e o do governo “vai a distância que existe entre as soluções integrais e as meias soluções”. Também a adesão destes membros provocou uma tensão no seio do movimento.

Após algumas suspensões do Revolução, ordenadas pela censura, o jornal interrompe a sua publicação no começo do Verão de 1933, reaparecendo em Setembro, completamente mutilado.

As novas instruções dadas à censura impediam todas as referências ao NS, à sua organização e actividades, as menções de partidos similares europeus e até a designação de camarada foi proibida.

A censura foi a principal arma contra o NS. A partir de Outubro de 1933 números inteiros do Revolução dos Trabalhadores vinham cortados. As manifestações públicas dos NS foram também proibidas.

A CISÃO

Desde de Maio de 1933 que o Governo procura encontrar uma facção mais moderada no seio do NS com a qual pudesse promover a integração dos NS no regime – o sector mais permeável era o Grande Conselho (10).

O grupo de Coimbra (constituído por professores universitários, como Cabral de Moncada) era favorável a uma aproximação a Salazar, mesmo que isso colocasse em causa a chefia do movimento por Rolão Preto, e o mais destacado líder do grupo que vai promover a cisão foi José Cabral. Este grupo defendia o fim da chefia personalizada, já que esta era uma condição de Salazar para tolerar o movimento, e a criação de um directório, questão em que Rolão Preto acabou por ceder. Faziam parte do recém-criado directório Rolão Preto (chefe), Alberto de Monsaraz (secretário-geral), os três secretários de zona (Alçada Padez – zona sul; Eusébio Tamagnini – zona centro; Augusto Pires de Lima – zona norte) e ainda José Cabral (provavelmente em representação do Grande Conselho).

Para clarificar estas situações, é decidido convocar o I Congresso do movimento, que realizar-se-á em 12 de Novembro de 1933. Na circular convocatória Alberto de Monsaraz definia a questão central a ser resolvida pelos congressistas: “Pelo poder, contra o poder, sem o poder?”. O segundo problema referia-se à posição a tomar face à organização corporativa, principalmente porque alguns militantes tinham já aceite cargos no seu aparelho.

Vence a posição “sem o poder” e Rolão Preto sai vitorioso face ao grupo de José Cabral apesar do núcleo fundador ter sido fracturado: Amaral Pyrrait, Abílio Pinto de Lemos e Castro Fernandes assumem uma posição contrária a Rolão Preto e juntam-se ao grupo de Coimbra liderado por José Cabral.

Nesse mesmo dia reúne-se o Directório no qual se decide transferir o Secretariado-geral para Leiria, e transformar o jornal “União Nacional” no órgão nacional do movimento, uma vez que o “Revolução” se encontrava muito endividado e também como forma de evitar a censura que era mais apertada na capital.

O directório representava um equilíbrio de forças que impossibilitava qualquer tomada posição, já que os dois grupos em confronto se equilibravam numericamente (Rolão Preto, Monsaraz e Alçada Padez contra José Cabral, Pires de Lima, Eusébio Tamagnini). No entanto, ficou decidido que José Cabral e Alberto de Monsaraz deveriam apresentar projectos de estatutos.

A cisão dá-se oficialmente após a reunião de 26 de Novembro de 1933. José Cabral, que tinha sido encarregue pelo congresso de elaborar novos estatutos propõe uma orgânica que elimina Rolão Preto e Alberto de Monsaraz dos seus lugares de chefia. Segundo ele esta era uma condição indispensável para que Salazar tolerasse a existência do movimento.

Augusto Pires de Lima avança uma proposta conciliatória, que prevê a manutenção de Rolão Preto e eliminando Monsaraz. A votação dá empate (José Cabral, Augusto Pires de Lima e Eusébio Tamagnini votam favoravelmente, os restantes votam contra). Perante este impasse, Tamagnini e Cabral declaram que “recuperavam a sua liberdade de acção”. Rolão Preto decide a dissolução do conselho e chama a si todas as responsabilidades de comando do NS, até que se forme novo Conselho.

Passados poucos dias, o núcleo cisionista, fortalecido pelo apoio do Poder, reúne-se, em nome do NS, com o ministro do Interior e com Salazar. Supostamente ser-lhes-ia permitida autonomia de acção, desde que actuando em convergência com a UN, não a hostilizando e apoiando o Estado Novo e as suas realizações.

O novo órgão central do movimento, o “União Nacional” demarca-se desta posição comunicando que eles apenas se representam a si próprios.

No entanto, o núcleo cisionista, através de José Cabral anuncia uma nova orgânica e uma nova direcção para o NS. Nos primeiros meses de 1934 este núcleo tentou de facto reorganizar o NS, talvez convencidos de que Salazar iria de facto tolerá-los, nomeando novos delegados distritais, incitando os filiados a renovarem os seus cartões de membro e surgindo até um novo “Revolução Nacional dos Trabalhadores” dirigido por Pyrrait. Este núcleo possuía também o seu próprio jornal, o “Revolução Nacional”, dirigido por Manuel Múrias, que se dedica a atacar os NS “ortodoxos” de Rolão Preto, preconizando um entendimento com Salazar. Toda esta actividade era apoiada pelo aparelho propagandístico do Estado Novo, através do SPN (Secretariado da Propaganda Nacional).

A própria criação da Acção Escolar Vanguarda (AEV), predecessora da Mocidade Portuguesa, em finais de 1933, pelo SPN, deve-se a uma tentativa de neutralizar a influência do NS junto da juventude e dos estudantes. A dirigi-la encontrava-se inclusivamente um antigo NS: Oliveira e Silva.

No entanto, as actividades deste núcleo eram também muito limitadas, sendo que lhes era constantemente negada a autorização para a realização de demonstrações públicas, os editoriais mais “excessivos” e de temática social do “Revolução Nacional” eram constantemente cortados pela censura e as referências às suas actividades pela imprensa eram proibidas, o que os deixava

desorientados, já que por um lado o governo fazia declarações de apoio e por outro tentava limitar as suas actividades ao máximo.

Era claro que Salazar não toleraria a existência de qualquer NS, nem sequer um NS “domesticado”.

O FIM

Nos últimos meses de vida legal do NS o movimento tentou a conciliação com os dissidentes e o Poder, para permitir a sobrevivência da organização. No entanto, internamente, assistia-se a uma radicalização ideológica a partir do “soviete” (11) de Lisboa, que não seria acompanhada por muitos militantes, principalmente na província, que não estavam dispostos a realizar actividades clandestinas. Apesar da maioria dos núcleos se manter fiel a Rolão Preto começava a assistir-se a um certo desânimo e desmobilização em alguns deles.

Com o aparecimento do “Revolução Nacional”, e os seus violentos ataques a Rolão Preto assiste-se a uma radicalização “para o exterior”, ou seja, o tom anti-salazarista há muito utilizado na correspondência interna alastra para o exterior, para os comunicados do movimento distribuídos na rua. Por outro lado a linguagem revolucionária era acentuada e o movimento começava a “virar à esquerda”. Num panfleto clandestino o movimento definia-se como uma força que iria “revolucionar a actual sociedade, arrancando da miséria, (...) as classes trabalhadoras, oprimidas pelo capitalismo”. Rolão Preto também acompanha este desvio socialista nos seus editoriais do “União Nacional”.

Ao mesmo tempo que promovia a cisão, o governo começou, a partir de 1934 a repressão sistemática de qualquer acção NS. A participação de Rolão Preto em reuniões e visitas aos núcleos locais foi praticamente proibida. A sede nacional em Lisboa foi encerrada por decisão governamental, bem como várias sedes locais. Ocorreram também várias prisões a NS, no geral intimidatórias, já que não duravam mais do que uma semana.

Perante esta situação desesperada o movimento confiava cada vez mais nos militares para a sua sobrevivência (desde 1933 que o sector militar do NS participava em manobras anti-salazaristas).

A 20 de Junho de 1934 Rolão Preto decide enviar ao Chefe de governo, através de Alçada Padez, uma longa exposição sobre a situação do país. Considera que se assiste, no seio da ditadura, a um confronto entre duas concepções diferentes, uma conservadora e outra revolucionária, que aqueles que sonharam e fizeram a revolução não ficaram na posse do poder, ao contrário do que aconteceu na Alemanha e na Itália. Acusava o governo de perseguir o seu movimento e atacava a UN, “grupo eclético, composto das mais antagónicas correntes políticas, sem nenhuma espécie de consciência nacionalista”. Terminava apelando ao Presidente da República para que interviesse no sentido de permitir a liberdade de acção do NS.

Perante isto, Salazar decide dissolver o movimento. A 4 de Julho Rolão Preto é preso, e mantido incomunicável; o mesmo acontece a Alberto de Monsaraz poucos dias depois. A 11 de Julho o Conselho de Ministros decide expulsar os dois do país, por um período de seis meses. A

14 de Julho os dois líderes do movimento NS são postos na fronteira espanhola. Rolão Preto só regressa a Portugal em Fevereiro de 1935.

Em 29 de Julho de 1934, por nota oficiosa de Salazar, o movimento NS é oficialmente dissolvido. Na nota publicada pelo “Diário de Notícias” pode ler-se que o NS é “inspirado em certos modelos estrangeiros”, e que “o elemento de ordem que pretendia ser se transformara em elemento perturbador e de desagregação das forças nacionalistas do Estado Novo”. A nota refere-se também aos cisionistas que lutaram “contra a adulteração do pensamento nacional-sindicalista” e considera que “a experiência não demonstrou a necessidade de duas organizações”. A nota termina com um “sincero apelo para que abandonem os redutos particulares da sua luta e ingressem com pureza de intenções na União Nacional”, “ficam também abertos os quadros da AEV” e adverte que todos aqueles que não queiram aderir à nova situação passarão a “ser considerados indiferentes ou inimigos”.

Apesar da proibição do movimento este manteve-se activo até ao final da II Guerra Mundial. Segundo António Costa Pinto a vida clandestina do NS divide-se em dois períodos: entre 1934-1936 o movimento ainda consegue manter alguma actividade, a partir de 1936 e até ao final da guerra este não passa de uma “rede de amigos políticos”.

Até 1936 mantém uma chefia, uma organização e um núcleo de militantes com um dado projecto ideológico, e uma acção política, que pretende ser uma oposição clandestina ao salazarismo. O golpe falhado de 1935 marca a última tentativa do NS para derrubar o regime salazarista, e com o final da guerra de Espanha, em 1936, o NS pulveriza-se.

A 10 de Setembro de 1935 vários sectores da oposição tentam derrubar Salazar, sendo que Rolão Preto e os NS participaram activamente na conspiração falhada.

NOTAS

1. Medina, João, Salazar e os Fascistas, Lisboa, Bertrand, 1978, p. 8
2. Rolão Preto exilou-se na Bélgica devido à sua participação, ainda muito jovem, nas incursões monárquicas de 1911-12 de Paiva Couceiro, a partir da Galiza.
3. António Costa Pinto considera Rolão Preto o “Valois poruguês”. Valois, político francês, proveniente do anarquismo, ligou-se mais tarde à Action Française que acabou por abandonar para fundar o Faisceau, o primeiro partido fascista francês.
4. www.cepp.pt.vu.
5. Entrevista dada por Rolão Preto a João Medina, publicada na obra Salazar e os Fascistas, Lisboa, Bertrand, 1978, p. 171
6. Segundo António Costa Pinto este número é provavelmente exagerado, sendo que a militância real do NS deveria rondar os 30 mil elementos.
7. Citado em Medina, João, Salazar e os Fascistas, Lisboa, Bertrand, 1978, p. 224
8. Rolão Preto chegou a escrever um artigo no “Revolução” intitulado “Todo o poder aos novos”
9. A orgânica do movimento incluía um Secretariado Militar clandestino. Os NS tinham alguma influência no exército, sendo que muitos dos tenentes do 28 de Maio eram afectos ao movimento.

10. O Grande Conselho era um organismo de carácter consultivo que incluía individualidades não filiadas no NS.

11. Era assim que o núcleo duro do “Revolução”, constituído por António Pedro, Dutra Faria, Barradas d’Oliveira, António Tinoco, Campos e Sousa, Pereira de Matos, e outros, se auto intitulava.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. XIII, Lisboa, Verbo
- AAVV, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XVIII, Lisboa, Editorial Enciclopédia
- AAVV, Enciclopédia Luso-Brasileira, edição séc. XXI, Vol. XX, Lisboa, Verbo, 2001
- Costa Pinto, António, Os Camisas Azuis, Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945, Lisboa, Editorial Estampa, 1994
- Frugnoli, Elisa Maria, O Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto, Lisboa, ISCSP, Estudos Políticos e Sociais, Volume XII, nº 1-2, 1984
- Leonard, Yves, Salazar e o Fascismo, s.l., Editorial Inquérito, 1998
- Medina, João, Salazar e os Fascistas, Salazarismo e Nacional-Sindicalismo a história dum conflito 1932-1945, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978
- www.cepp.pt.vu (consultado em 23/05/2004)
- www.carpe-diem.it/spagna/htm/port01es.htm (consultado em 20/05/2004)
- www.angelfire.com/pq/unica (consultado em 1/06/2004)
- www.cphrc.org.uk (consultado em 7/03/2004)